

Léa Costa Santana Dias*

Euclides da Cunha e o ideal republicano: uma relação paradoxal**

RESUMO

Este artigo aborda a relação de Euclides com o ideal republicano. Dá-se destaque a sua condição de intelectual do século XIX, crença nas teorias de sua época, confiante no progresso e na modernidade como realidades que resultariam da implantação do regime republicano no Brasil, e, ao mesmo tempo, decepcionado com os rumos tomados pela República recém-implantada. Os acontecimentos que envolvem a Guerra de Canudos foram decisivos para o desencadear desse conflito. Afinal, após sua experiência com a realidade do homem sertanejo, quer de forma presencial, quer através de leituras, o escritor reviu muitos valores e conceitos em que acreditava.

PALAVRAS-CHAVE

Euclides da Cunha, *Os sertões*, Canudos, República, civilização, barbárie.

ABSTRACT

This article approaches Euclides' relationship with the republican ideal. It one prominence to his condition of century XIX intellectual, believer in theories of his time, confident in progress and modernity as realities that would result of the implantation of the republican system in Brazil, and, at the same time, disappointed with the directions taken by the recently-implanted Republic. The events that involve Guerra de Canudos were decisive for unchaining of that conflict. After all, after his experience with the dweller of the back-lands' reality, through his presence, or through readings, the writer reviewed many values and concepts he believed.

KEY WORDS

Euclides da Cunha, Os sertões, Canudos, Republic, civilization, barbarism.

* Graduada em Letras (CESVASF - PE), especialista em Estudos Literários (UEFS - BA) e mestra em Literatura e Diversidade Cultural (UEFS - BA). leasantana@click21.com

** O conteúdo deste artigo, salvo algumas alterações, integra um dos sub-capítulos da Dissertação de Mestrado *O (des)tecer de enredos: uma leitura d'Os sertões, de Euclides da Cunha*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Literatura e Diversidade Cultural da Universidade Estadual de Feira de Santana em 01 de agosto de 2003.

(...). Eu creio que se não tivesse a preocupação elevada e digna que me nobilita, teria de sofrer muito, ante esse descabro assustador, ante essa tristíssima ruína de ideais longamente calentados...¹ (Cunha, 1997: 30).

Em agosto de 1897, Euclides da Cunha partiu para a Bahia como correspondente de guerra do jornal *O Estado de S. Paulo*. Antes da viagem, já escrevera dois artigos sobre a guerra, publicados em *O Estado de S. Paulo*, nos dias 14 de março e 17 de julho de 1897. Ao fazê-lo, Euclides o fez com o intuito de se apresentar a Júlio de mesquita, o dono do jornal, como profissional capaz de fazer a cobertura da guerra. A viagem lhe seria bastante providencial, uma vez que lhe daria experiência de testemunha ocular – o que tornaria mais confiável perante a opinião pública o livro que pretendia escrever sobre o conflito no sertão baiano.

Como outros jornalistas, Euclides chegou ao local do conflito, de certo modo, já sabendo o que ia encontrar e sobre o que teria que falar. Canudos, entretanto, não se encaixou na forma pré-estabelecida e a visão clara e precisa dos fatos foi desestabilizada. A realidade – fruto das impressões da viagem – e a idealização – fruto das leituras, idéias e convicções pessoais – estavam em pólos tão distantes que o autor sentiu-se

impotente para traduzir em linguagem as coisas vistas, ouvidas e imaginadas. Numa carta datada de 23 de dezembro de 1897, fez a seguinte confissão ao amigo Domingos Jaguaribe: “(...) olho para as páginas em branco do livro que pretendo escrever e parece-me às vezes que não realizaria (sic) o intento” (Cunha, 1997: 113).

Nessa mesma data, publicou no *Jornal do Comércio* o esboço de um livro, com duas partes constituintes – “A natureza” e “O homem” –, ao qual daria o título de *A nossa Vendéia*, numa clara alusão ao levante religioso-monarquista ocorrido na França, na região da Vendéia, de 1793 a 1795². Ainda nesse mês, confirmou o projeto, idealizado antes mesmo da viagem à Bahia, dando-lhe, no entanto, um título mais representativo – *Os sertões*. Sem dúvida, esse já era um sinal da grande reviravolta, que só se tornou possível graças ao confronto entre o que se via e o que se esperava ver.

À medida que *Os sertões* ia surgindo, muitos conceitos e ideais do autor iam sendo revistos e abandonados. Ao longo desse pro-

¹ Trecho de uma carta ao pai, Manuel Rodrigues Pimenta da Cunha, escrita em 14 de junho de 1890.

² Nesse esboço, Euclides reproduziu o ideário teórico que o orientara na escrita de seus dois artigos intitulados “A nossa Vendéia”, publicados em *O Estado de S. Paulo*, nos dias 14 de março e 17 de julho de 1897.

zizar em lin-
tas, ouvidas
arta datada
1897, fez a
ao amigo
“(…) olho
nco do livro
e parece-me
zaria (sic) o
113).

ta, publicou
o esboço de
artes consti-
t” e “O ho-
o título de A
clara alusão
monarquista
a região da
1952. Ainda
o projeto,
da viagem
no entanto,
ntativo – Os
esse já era
reviravolta,
sível graças
e se via e o

s *sertões* ia
eitos e ide-
o revistos e
o desse pro-

cesso, sua confiança no ideal re-
publicano sofreu um abalo signifi-
cativo – algo extremamente im-
portante sobretudo porque
Euclides recebeu fortes influên-
cias republicanas durante sua
formação intelectual. Vale lembrar
que, em 1883, quando era aluno
do Colégio Aquino, Euclides fazia
e declamava poemas no Centro
José de Alencar, adotando como
temas preferidos personalidades
ou episódios históricos relaciona-
dos à escravidão e à República.
Ao sair do Aquino, continuou num
ambiente propício à permanência
e ao amadurecimento dessas
idéias, estudando em dois centros
de ensino, importantes para a di-
fusão da causa republicana: a
Escola Politécnica, onde ingres-
sou em 1885, e a Escola Militar,
para onde se transferiu em 1886.

Em novembro de 1888, na
Escola Militar, Euclides se envol-
veu num episódio, logo interpreta-
do como uma audaciosa profissão
de fé republicana. Juntando sua
insatisfação com o regime em vi-
gor e a revolta por não ter sido
promovido ao galão de alferes-
aluno, ao qual fazia jus, não se
conteve diante do ministro da
Guerra – Conselheiro Tomás
Coelho – e, após tentar inutilmen-
te vergar o sabre no joelho, lan-
çou-o ao chão, dirigindo-lhe vio-
lentas palavras de protesto³. Seu
gesto de rebeldia não pôde ficar

impune. Em consequência, o jo-
vem de vinte e dois anos foi ime-
diatamente recolhido à prisão, de
onde foi transferido para o hospi-
tal graças a um diagnóstico de
esgotamento nervoso por excesso
de trabalho intelectual, dado pelo
Dr. Lino de Andrade. Submetido a
interrogatório, rejeitou a benevo-
lência do médico e reafirmou sua
posição, que lhe trouxe como con-
seqüência o desligamento do
Exército por indisciplina (Venâncio
Filho, 1995: 36; Rabello, 1983: 40).
Esse acontecimento, considerado
por jornais republicanos como um
prenúncio de uma iminente queda
monarquista, garantiu a Euclides
uma certa notoriedade no país e,
posteriormente, a possibilidade
de contribuir com textos e artigos
para o jornal *A Província de S.
Paulo* que, após a proclamação da
República, passou a se chamar *O
Estado de S. Paulo*.

Euclides concebia a
República como uma forma de or-
ganização social capaz de “elimi-
nar os privilégios de origem e de

³ Euclides contou ao amigo Gastão da Cunha que, nesta ocasião, censurou os companheiros por terem sido subservientes diante da autoridade monarquista, uma vez que haviam combinado não lhe apresentar armas. No entanto, há quem assegure que, nesta oportunidade, Euclides teria apenas proferido “um protesto contra o esbulho do seu direito à promoção de alferes”. De qualquer forma, Euclides não se acovardou em momento algum. Manteve-se intrépido diante dos juizes, a quem não pediu clemência, mas a punição que lhe cabia, como republicano (Rabello, 1983: 39).

Manuel Rodrigues
de junho de 1890.

u o ideário teórico
dois artigos intitula-
s em: *O Estado de S.
julho de 1897.*

deixar aflorar os talentos dispersos pelas várias camadas sociais, através de um minucioso processo de filtragem democrática, conduzindo-os ao topo do mecanismo de decisões” (Sevcenko, 1999: 147). Logo que a República foi proclamada, muitas de suas expectativas foram frustradas. Numa carta ao pai, escrita em 14 de junho de 1890, confessou estar decepcionado com um dos principais líderes republicanos:

(...). Imagine o senhor que o Benjamim, o meu antigo ídolo, o homem pelo qual era capaz de sacrificar-me, sem titubear, e sem raciocinar, perdeu a auréola, desceu à vulgaridade de um político qualquer, acessível ao filhотismo, sem orientação, sem atitude, sem valor e desmoralizado – justamente desmoralizado (Cunha, 1997: 30).

Contudo, a distância que nessa época se havia firmado entre a República ideal e a República real, não foi suficiente para fazê-lo abandonar suas crenças e ideais. Numa crônica publicada na sessão “Dia a Dia” do jornal *O Estado de S. Paulo*, em 05 de abril de 1892, Euclides afirmou:

Digam o que disserem, o governo enveredou com brilhantismo pela única política, capaz no momento atual de estabelecer as garantias da paz

e acompanhamo-lo desasombroadamente, nós, que no fato de uma ampla adaptação ao sistema democrático vemos mais do que uma conquista política – a grande regeneração de uma sociedade (Cunha, 1995: 655).

Regenerar a sociedade significava, sobretudo, torná-la semelhante às sociedades européias. Isso só seria possível através da civilização, da modernização e do progresso, que, no Brasil, estavam associados, na maioria dos casos, a um cosmopolitismo inspirado na vida parisiense – fenômeno que se prolongou durante praticamente toda a Primeira República (Sevcenko, 1999: 30). No Rio de Janeiro, por exemplo, onde este processo ocorreu de forma mais intensa, chegou-se ao extremo de se importarem pardais, símbolos de Paris. E, para se harmonizarem com esses pássaros, as novas praças e jardins foram decorados com estátuas compradas na França ou, eventualmente, em outros grandes centros europeus. No auge desse comportamento cosmopolita, que coincidiu com o início da primeira Guerra Mundial, algumas pessoas na rua, ao se cumprimentarem, substituíam os tradicionais “boa tarde” e “boa noite” por um “Viva a França” (Idem, p. 36-7).

A República possuía seus heróis e suas datas festivas. O dia

desas-
que no
aptação
nico ve-
na con-
inde re-
cidade

iedade sig-
orná-la se-
seuropéias.

através da
ização e do
sil, estavam

a dos casos,
nspirado na
eno que se
aticamente

República
No Rio de
onde este
forma mais
extremo de
s, símbolos
rmonizarem

s novas pra-
torados com

a França ou,
ros grandes
auge desse

polita, que
da primeira
as pessoas
imentarem,
ionais “boa
or um “Viva
(7).

ssuía seus
tivas. O dia

14 de julho – data de aniversário da queda da Bastilha – era comemorado nas ruas de São Paulo e do Rio de Janeiro ao som do hino francês, canção preferida dos cadetes da Escola Militar (Ventura, 1996: 278). Seguindo essa tendência de pretensão *nacionalista*, até os oficiais⁴ que se encontravam em Canudos festejaram este dia, feriado não só na França como também no Brasil da Primeira República (Zilly, 1999: 10):

O comboio chegou ao alto da Favela a 13 de julho; e no dia subsequente, convocados os comandantes de brigadas, na tenda do general Savaget, enfermo do ferimento recebido em Cocorobó, concertaram sobre o assalto. O dia era propício: uma data de festa nacional. Logo pela manhã uma salva de 21 tiros de bala a comemorara (Cunha, 2001a: 597).

Essa era uma forma de se estabelecer paralelos, ainda que ilusórios, entre os republicanos de 1889 e os revolucionários de 1789 (Zilly, 1999: 10). Havia no país a tendência de se interpretar qualquer descontentamento com o novo regime como uma insurreição contra o Brasil que se dizia revolucionário. Em virtude disso, várias imagens associadas à Revolução Francesa foram incorporadas à nossa cultura. No pensamento euclidiano, a imagem da Vendéia foi

a que mais se cristalizou, sobretudo por estar atrelada à idéia de grandiosidade, tão preciosa ao escritor. Se à Revolução Francesa correspondia a instauração da República no Brasil, seria natural, e até necessário, que esta também tivesse sua Vendéia, a fim de que sua imponência fosse acentuada.

Essa é a linha ideológica que norteia a crônica de Euclides, publicada na sessão “Dia a Dia” do jornal *O Estado de S. Paulo*, em 06 de abril de 1892, na qual são comparados aos heróicos vendeanos os rebeldes que se levantaram contra o governo Floriano Peixoto. Para Euclides, os primeiros eram “rebelados e ousados”, unidos pelo “liame indestrutível de um sentimento comum”; os segundos, meros perturbadores da ordem, sem propósito definido, tinham “apenas a determinação de atirar por terra tudo o que [estivesse] feito”. Neles não havia a grandeza dos vendeanos. Assemelhavam-se a estes “unicamente pela maneira por que perturba[va]m o começo da República” (Cunha, 1995: 656). Como na Vendéia, a República os venceria, “com uma diferença fundamental porém – a glória do republicanismo francês foi verda-

⁴ Estes oficiais se tratavam de cidadãos, equiparando-se aos revoltosos franceses do século XVIII (Zilly, 1999: 10).

deiramente brilhante, graças à própria grandeza dos vencidos..." (Idem, p. 656-7).

Entendendo a prática da democracia e do diálogo como algo imanente à política republicana, Euclides acreditava que se

houvesse uma idéia, um princípio, um objetivo qualquer, o mais insignificante, do lado dos que – de norte a sul do país – parece terem tomado a deliberação infeliz de sistematizar a anarquia – à luz dessa idéia ou desse princípio, por mínimo que fossem – já se teria travado a discussão mais franca (Idem, p. 656).

Esse idealismo o levou, inclusive, a enviar duas cartas à redação da *Gazeta de Notícias*, escritas, respectivamente, nos dias 18 e 20 de fevereiro de 1894, em protesto ao fuzilamento de prisioneiros políticos, pedido pelo senador João Cordeiro. Na primeira dessas cartas, acreditando estar em diálogo com seus *companheiros* de ideais, Euclides protestou contra "a revivescência do barbarismo antigo" (Cunha, 1997: 62-3), que, ironicamente, veria renascido anos depois em Canudos, sobretudo com a ação *civilizatória* do Exército Republicano. O ideal de República pelo qual quase foi enforcado em 1888⁵ não passava de um sonho de adolescente. O que predominava no país era um tra-

tamento altamente punitivo a todos quantos se opusessem ao regime em vigor. Vale lembrar que, em punição ao envio dessas cartas, o próprio Euclides, na época, Oficial da Diretoria de Obras Militares, foi transferido do Rio de Janeiro para a cidade de Campanha, em Minas Gerais (Ventura, 1996: 283).

No entanto, apesar de a República não ter sido capaz de promover a tão almejada *regeneração* de nossa sociedade, Euclides ainda se conservou atrelado à ideologia do Regime Republicano. Durante a Guerra de Canudos, partiu para o local dos conflitos como um adido militar e manteve boas relações com o General Artur Oscar, ao contrário de outros correspondentes como, por exemplo, Manuel Benício, que, ameaçado de morte por oficiais em virtude de suas críticas à estratégia militar traçada pelo comandante da expedição, foi obrigado a se retirar do arraial em agosto (Villa, 1999: 252-3). Por ter chegado a Canudos nessas condições, era natural que Euclides se inserisse entre os soldados, que não só representavam, como também defendiam a civili-

⁵ O enforcamento era a pena prevista no Código Militar para desacatos como o episódio de 1888. No caso de Euclides, a pena foi substituída pelo afastamento do Exército devido à intervenção de seu pai junto ao Imperador (Ventura, 1996: 277).

e punitivo a to-
usessem ao re-
le lembrar que,
vio dessas car-
lides, na época,
ria de Obras
ferido do Rio de
a cidade de
Minas Gerais
3).

apesar de a
sido capaz de
lejada *regenera-*
idade, Euclides
atrelado à ide-
e Republicano.
a de Canudos,
al dos conflitos
litar e manteve
o General Artur
o de outros cor-
o, por exemplo,
que, ameaçado
is em virtude de
tratégia militar
ndante da expe-
a se retirar do
o (Villa, 1999:
jado a Canudos
era natural que
se entre os sol-
representavam,
ndiam a civili-

prevista no Código Militar
socio de 1888. No caso de
uica pelo afastamento do
ção de seu pai junto ao
(197).

zação. Nem se constituíam pro-
priamente contra-sensos seus
brados de “Viva a República” e
suas afirmações de que “A vitória
é infalível” e “A República é imor-
tal”, conforme se observa nos tele-
gramas publicados em *O Estado
de S. Paulo*⁶. Para Euclides, os sol-
dados eram seus pares; e os sertane-
jos, “uma gente estranha” e
bárbara que precisava ser comba-
tida. Por isso, não disse que as
baixas do Exército avultavam, mas
que “as nossas baixas avultavam”.
O que classificou como “mais lú-
gubre que o mais lúgubre vale do
Inferno” não foi o arraial sertanejo,
mas o hospital de sangue, onde,
por não mais haver espaço nas
barracas, os soldados feridos “acu-
mulavam-se, fora, no chão ensan-
güentado, sob o cáustico abrasado
de um sol inclemente e fulgurante,
atordoados pelos zumbidos agou-
rentos e incômodos das moscas,
fervilhando em número incalculá-
vel” (Cunha, 2000a: 216-7).

As idéias de base republica-
na que aparecem no *Diário de uma
Expedição* são uma continuidade
do que já fora esboçado nos dois
artigos “A Nossa Vendéia”, publi-
cados em *O Estado de S. Paulo*. No
primeiro deles, publicado em 14
de março de 1897, Euclides reto-
mou a imagem da Vendéia – um
dos ícones mais significativos
para o pensamento revolucionário
republicano – e comparou os ser-

tanejos aos vendeanos, imprimin-
do aos primeiros a heroicidade que
fora negada aos rebeldes referidos
na crônica de 1892:

Identificados à própria aspe-
reza do solo em que nasce-
ram, educados numa rude
escola de dificuldades e peri-
gos, esses nossos patrícios do
sertão, de tipo etnologica-
mente indefinido ainda, refle-
tem naturalmente toda a in-
constância e toda a rudeza do
meio em que se agitam.

O homem e o solo justificam
assim de algum modo, sob
um ponto de vista geral, a
aproximação histórica ex-
pressa no título desse artigo.
Como na Vendéia o fanatismo
religioso que domina as suas
almas ingênuas e simples é
habilmente aproveitado pelos
propagandistas do império.

A mesma coragem bárbara e
singular e o mesmo terreno
impraticável aliam-se, com-
pletam-se. O *chouan* fervoro-
samente crente ou o *tabaréu*
fanático, precipitando-se im-
pávido à boca dos canhões
que tomam a pulso, paten-
teiam o mesmo heroísmo
mórbido difundido numa agi-
tação desordenada e impulsiva
de hipnotizados.

A justeza do paralelo esten-
de-se aos próprios reveses

6 Encerram-se com este teor, por exemplo, os telegramas dos dias 07 de agosto (Salvador), 08 de agosto (Salvador), 15 de agosto (Salvador), 25 de setembro (Monte Santo) e 03 de outubro (Monte Santo).

sofridos. A Revolução Francesa que se aparelhava para lutar com a Europa, quase sentiu-se impotente para combater os adversários impalpáveis da Vendéia – heróis intangíveis que se escondendo céleres através das charneças prendiam as forças republicanas em inextrincável rede de ciladas...

(...)

Este paralelo será, porém, levado às últimas conseqüências. A República sairá triunfante desta última prova (Cunha, 2000b: 50-2).

No segundo artigo, publicado em *O Estado de S. Paulo*, em 17 de julho de 1897, Euclides manteve a comparação entre Canudos e a Vendéia. De fato, havia algumas semelhanças entre os vendeanos e os habitantes de Canudos: a coragem nas batalhas, a obediência a princípios religiosos e, principalmente, as inter-relações entre a terra e o homem, que nortearam, em grande medida, o processo de construção de *Os sertões*. Conforme Leopoldo Bernucci, “se Canudos já não é a Vendéia em sua forma mais completa, ao menos se parecerá com ela” (Bernucci, 1995: 26). No entanto, insistir na metáfora como veio condutor para a elaboração do livro era algo problemático, sobretudo porque falar em Vendéia significava traçar linhas divisórias entre *civilizados* e *bárbaros*: aqueles, os republica-

nos, coroados com a dignidade da vitória; estes, os rebeldes monarquistas, derrotados pela justiça republicana. E isso, o episódio nos sertões não possibilitava.

Diante da “charqueada” (Cunha, 2001a: 734) ocorrida no sertão, Euclides descobriu que os *civilizados* pouco se avantajavam aos “rudes patricios retardatários” (Idem, p. 502). Para ele, estes, “ao menos, eram lógicos” (Idem, p. 502): matavam em defesa do direito à vida; aqueles, ao contrário, faziam parte de uma “multidão criminosa e paga para matar” (Idem, p. 735). Além de se assemelharem em seus atos bárbaros, soldados e jagunços se confundiam no mesmo fanatismo: se os conselheiristas possuíam seus rosários e medalhas e prosseguiram, em sua resignação estóica, em busca das promessas do Paraíso; os soldados republicanos “tinham todos, sem excetuar um único, colgada ao peito esquerdo, em medalhas de bronze, a efígie do marechal Floriano Peixoto” e lutavam até a morte, saudando a memória de seu herói e líder, “com o mesmo entusiasmo delirante, com a mesma dedicação incoercível e com a mesma aberração fanática com que os jagunços bradavam pelo Bom Jesus misericordioso e milagreiro” (Idem, p. 617).

Euclides, que chegou ao sertão crendo ser possível marcar a

vidade da
es monar-
la justiça
isódio nos
a.
arqueada”
corrida no
ira que os
antajavam
rdatários”
estes, “ao
(Idem, p.
a do direi-
contrário,
“multidão
ra matar”
e se asse-
bárbaros,
e confun-
mo: se os
m seus ro-
sseguiam,
tóica, em
o Paraíso;
s “tinham
um único,
erdo, em
efígie do
to” e luta-
ndo a me-
er, “com o
ante, com
oercível e
o fanática
bradavam
ordioso e
7).
ou ao ser-
marcar a

diferença⁷ em relação aos *bárba-ros*, acabou diluindo as linhas divisórias entre ambos, estendendo a diferença também aos supostamente civilizados. Um dos pontos altos desse processo é o momento em que foram narrados o fanatismo e a insanidade do Exército republicano diante da exumação do corpo de Conselheiro:

Desenterraram-no cuidadosamente. Dádiva preciosa – único prêmio, únicos despojos opimos de tal guerra! – faziam-se mister os máximos resguardos para que se não desarticulasse ou deformasse, reduzindo-se a uma massa angulhenta de tecidos decompostos.

Fotografaram-no depois. E lavrou-se uma ata rigorosa firmando a sua identidade: importava que o país se convencesse bem de que estava, afinal, extinto aquele terrívelíssimo antagonista.

Restituíram-no à cova. Pensaram, porém, depois, em guardar a sua cabeça tantas vezes maldita – e como fora malbaratar o tempo exumando-o de novo, uma faca jeitosa-mente brandida, naquela mesma atitude, cortou-lha; e a face horrenda, empastada de escaras e de sânie, apareceu ainda uma vez ante aqueles triunfadores... (Idem, p. 780).

Logo após, o crânio do su-
posto inimigo da República foi le-

vado a Salvador para ser examina-
do pelo médico Nina Rodrigues,
numa tentativa de desvendamen-
to dos “mistérios da loucura”
(Santana, 1995: 67), onde foi rece-
bido com festa, gritos e brados de
alegria. O ícone que fomentava
essas manifestações era apenas
um hediondo cadáver em decom-
posição, “envolto no velho hábito
azul de brim americano, mãos
cruzadas ao peito, rosto tumefato
e esquelético, olhos fundos cheios
de terra” (Cunha, 2001a: 779-80).

Ao destacar esse fato,
Euclides, de forma irônica e invo-
luntária, acabou zombando de si
mesmo, da República e de seus
falsos heróis. E mesmo sem ter tido
o “intuito de defender os sertane-
jos”, acabou fazendo um “ataque
franco” e “involuntário” (Cunha,
2001b: 784) à *civilização* que, nos
sertões, mostrou-se *bárbara*.

7 O termo diferença está sendo utilizado conforme aceção aceita por Francisco Ferreira de Lima. Segundo o pesquisador, no encontro com o *outro* que se desconhece, há “um *eu* que se deslumbra com o que se vê, extasiado ante um real que excede todos os limites”. A essa relação deslumbrada do *eu* com o real, denominou-o *alteridade* (1998: 20). Passado esse momento, que é breve, “retomam-se os parâmetros, valores e códigos e a circunlação cede lugar à comparação, em que se medem a superioridade ou inferioridade do descoberto. Já não se trata mais de uma relação intersubjetiva entre descobridores, senão de uma outra entre sujeito e objeto, na qual o sujeito estuda atentamente seu objeto com o fim de dominá-lo ou seduzi-lo, a depender de como se ponha a correlação de forças entre eles. / O desejo de ver é substituído pelo desejo de saber que, a seguir, organizará a apropriação. Saiu-se, enfim, da esfera da alteridade para a da diferença” (Idem, p. 62). Em *Os sertões*, o *outro desconhecido* é representado, simultaneamente, pelos homens do sertão, *bárbaro e incivilizado*, e pelos defensores da República, *civilizada e moderna*. Ao desejo de vê-los, corresponde o momento breve, denominado *alteridade*. Quando se passa a perscrutá-los, analisá-los e interpretá-los, chega-se, enfim, ao nível da *diferença* – relação inevitável entre os povos, civilizações e culturas.

Em outro momento da narrativa, Euclides humilhou o Exército brasileiro, não apenas o expondo à vergonha pública, como também rebaixando e reduzindo sua pretensa *estatura heróica*. Trata-se do episódio em que os soldados fugiram dos jagunços (Cunha, 2001a: 487), abandonando as armas e as roupas (Idem, p. 490-1). “Como as instituições vivem do simbólico, investindo na representação, desvesti-lo é desinvesti-lo de sua importância” (Barros, 1992: 34). As fardas em pedaços, lançadas pelos caminhos, lembrando, em cada momento, a fuga humilhante, funcionam como estratégias discursivas através das quais o narrador se pôde desfazer do “poder de representação” do Exército.

Além da nudez, humilhou os soldados ao estado de penúria a que foram submetidos. Para Miriam Gárate, estes, ao vivenciarem experiências de fome e sede, agravadas, sobretudo, com a quarta expedição, tiveram ofuscada a caracterização de representantes Oficiais da República, e se transformaram em (duplos dos) homens do sertão (Gárate, 2002: 387):

Vivia-se à ventura, de expedientes. De moto próprio, sem a formalidade na emergência dispensável, de uma licença qualquer, os soldados principiaram a realizar, isolados ou em pequenos grupos, excursões perigosas pelas cerca-

nias, talando as raras roças de milho ou mandioca, que existiam; caçando cabritos quase selvagens por ali desgarrados, em abandono desde o começo da guerra; e arrebanhando o gado. Não havia evitá-las ou proibi-las. Eram o último recurso. A partir de 2 de julho só houve gêneros – farinha e sal, nada mais – para os doentes. As caçadas faziam-se, pois, obrigatoriamente, a despeito dos maiores riscos. E os que a elas se abalanzavam – vestindo a pele do jagunço, copiando-lhe a astúcia requintada, a marcha cautelosa acobertando-se em todos os sulcos do terreno – aventuravam-se a extremos lances temerários.

Não se podem individuar os episódios parciais desta fase obscura e terrível da campanha. O soldado faminto, cevada a cartucheira de balas, perdia-se nas chapadas, premunindo-se de resguardos como se fosse à caça de leões. Atufava-se no bravio das moiteiras... Rompia a galhada inflexa, entressachada de gravatás mordentes. E – olhos e ouvidos armados aos mínimos contornos e aos mínimos rumores – atravessava longas horas na perquisição exaustiva... (Cunha, 2001a: 581).

Aos soldados e jagunços, vítimas e autores da mesma barbárie, somente o olhar do sistema vigente os diferenciava. Apesar de bastante tênue a distância entre eles, muitos foram os que insistiram em acentuá-la, atribuindo a

barbárie apenas aos habitantes de Canudos, considerados inimigos da República.

Como a Guerra de Canudos foi o primeiro acontecimento histórico brasileiro a ter cobertura diária na imprensa (Levine, 1995: 53), esta teve um papel decisivo na mobilização da opinião pública contra a comunidade. A atividade jornalística no Brasil do século XIX era intensa e, especialmente no ano de 1897, muitos jornais acabaram-se tornando instrumentos importantes na disputa entre republicanos e monarquistas.

Euclides denunciou que vários jornais, ignorando o que, de fato, passava-se no sertão baiano, empreenderam uma verdadeira campanha em defesa da causa republicana, através da divulgação de notícias falsas, relacionando Canudos a intenções político-monarquistas⁸ (Cunha, 2001a: 498-500). Para alimentar ainda mais os boatos, oficiais tão influentes, quanto Artur Oscar, distribuíram aos jornalistas cópias falsificadas de cartas, relatando, por exemplo, que líderes monarquistas usavam a casa de verão do imperador, em Petrópolis, como base de articulação de um complô para a derrubada da República (Levine, 1995: 53).

Após a morte de Moreira César, a opinião pública, insuflada pelos políticos republicanos,

voltou-se contra os monarquistas. Antes mesmo desse episódio, já era intenso no país o clima anti-monarquista. No dia 09 de fevereiro de 1897, logo após o amanhecer, vários homens atacaram os jornais *Gazeta da Tarde e Liberdade*, de Gentil de Castro, acusado de enviar, em nome dos monarquistas, armas e dinheiro para Canudos. Os funcionários dos jornais se defenderam disparando tiros de alerta, pondo fim ao ataque, mas não impediram que as recriminações de ambos os lados perdurassem por vários dias. Comprometido com a política republicana, o comandante de polícia do Rio de Janeiro ordenou aos policiais que não defendessem os jornais monarquistas de quaisquer ataques que viessem a sofrer. Essa ordenança, na prática, funcionou como uma vingança pela morte de Moreira César, servindo de estí-

⁸ Em *Os sertões*, foram citados trechos dos seguintes jornais:

- *Gazeta de Notícias*: "Não há quem a esta hora não compreenda que o monarquismo revolucionário quer destruir com a República a unidade do Brasil" (Cunha, 2001a: 499).
- *O País*: "A tragédia de 3 de março em que juntamente com o Moreira César perderam a vida o ilustre coronel Tamarindo e tantos outros oficiais bravíssimos do nosso exército, foi a confirmação de quanto o partido monarquista à sombra da tolerância do poder público, e graças até aos seus involuntários alentos, tem crescido em audácia e força" (Idem, p. 499).
- *O Estado de S. Paulo*: "Trata-se da Restauração; conspira-se; forma-se o exército imperialista. O mal é grande; que o remédio corra parêlhas com o mal. A monarquia arma-se? Que o presidente chame às armas os republicanos" (Idem, p. 499).

mulo para que os policiais se juntassem aos revoltosos da rua do Ouvidor, da rua do Sacramento e de várias outras vias transversais, participando do empastelamento dos três principais jornais monarquistas – *Gazeta da Tarde*, *Liberdade* e *Apóstolo*. Logo após o empastelamento desses jornais, os vândalos invadiram a residência de Gentil de Castro e destruíram a mobília, roubando quadros e vasculhando armários à procura de cartas e documentos que o relacionassem aos moradores de Canudos. Na manhã seguinte, assassinaram-no com um tiro, quando tentava fugir de trem na Estação São Francisco Xavier. Em São Paulo, também houve o empastelamento do jornal *O Comércio de São Paulo* (Idem, p. 56-8).

Por ironia, a mesma animalidade primitiva, que Euclides revelou estar presente no sertão baiano (Cunha, 2001a: 735), ressurgiu, inteiriça, nos dois maiores centros de *civilização* do país. Avaliando estes acontecimentos, Euclides denunciou que

a rua do Ouvidor valia por um desvio das caatingas. A correria do sertão entrava arrebatadamente pela civilização adentro. E a guerra de Canudos era, por bem dizer, sintomática apenas. O mal era maior. Não se confinara num recanto da Bahia. Alastrara-se. Rompia nas ca-

pitais do litoral. O homem do sertão, encourado e bruto, tinha parceiros porventura mais perigosos (Idem, p. 501).

Em sua crítica aos conflitos, muitos insuflados pela postura engajada da imprensa, que acabou provocando ou, pelo menos, incentivando o empastelamento dos jornais, também se incluem, embora de forma indireta, os seus dois artigos sobre a guerra, publicados em *O Estado de S. Paulo*, principalmente no que se refere ao pressuposto de que tanto entre os vendeanos quanto entre os habitantes de Canudos “o fanatismo religioso que domina as suas almas ingênuas e simples é habilmente aproveitado pelos propagandistas do império (Cunha, 2000b: 51).

No entanto, apesar de representar um salto significativo em relação aos artigos, essa postura do autor não pode ser interpretada como “defesa” do sertanejo. Afinal, *Os sertões* “não é um livro de defesa; é, infelizmente, de ataque” (Cunha, 2001b: 784). Ataque às ações dos “singularíssimos civilizados que nos sertões, diante de semibárbaros, estadearam tão lastimáveis selvaticquezas” (Idem, p. 784). Ataque ao *atraso* dos nossos “rudes patrícios retardatários” (Cunha, 2001a: 502), que viviam três séculos distantes da *civilização* (Idem, p. 317) – distância que

em do
to, ti-
entura
p. 501).

os conflitos,
a postura
que acabou
nos, incen-
mento dos
quem, em-
a, os seus
erra, publi-
S. Paulo,
se refere
tanto entre
ntre os ha-
fanatismo
as suas al-
es é habil-
los propa-
o (Cunha,

ur de repre-
icativo em
sa postura
interpretada
ejo. Afinal,
viro de de-
de ataque”
Ataque às
mos civili-
diante de
aram tão
as” (Idem,
so dos nos-
ardatários”
que viviam
da civiliza-
tância que

os deixou incapazes de articular qualquer complô anti-republicano: “o jagunço é tão inapto para apre-ender a forma republicana como a monárquico-constitucional”

(Idem, p. 316). Por isso, segundo o autor, não poderia haver restauração monárquica em Canudos, – constatação, por si só, suficiente para inviabilizar a comparação entre Canudos e a Vendéia – mote para os artigos supracitados.

No entanto, isso não impediu que algumas posturas assumidas nos artigos fossem retomadas em *Os sertões*. Como a construção deste livro está pautada nas sinuosidades discursivas, o autor oscilou em suas próprias convicções, ora afirmando, ora negando a metáfora. Ao negá-la, Euclides ironizou a hipótese de insurreição contra a ordem republicana:

Vimos no agitador sertanejo, do qual a revolta era um aspecto da própria rebeldia contra a ordem natural, adversário sério, estrênuo paladino do extinto regime, capaz de derruir as instituições nascentes.

E Canudos era a Vendéia... (Idem, p. 318).

Algumas páginas adiante, Euclides voltou a negar o paralelo entre Canudos e a Vendéia, fazendo uma dura crítica à posição da imprensa brasileira diante dos acontecimentos da guerra:

(...). De sorte que enquanto a expedição se exauria no ermo da Favela e ia tombar, exaurida por uma sangria profunda, num trecho de Canudos – a opinião, pela imprensa, extravagava, balanceando as mais aventurosas hipóteses que ainda saltaram dos prelos.

O espantinho da restauração monárquica negrejava, de novo, no horizonte político atroado de tormentas. A despeito das ordens do dia em que se cantava vitória, os sertanejos apareciam como os *chouans* depois de Fontenay.

Olhava-se para a história através de uma ocular invertida: o bronco Pajeú emergia com o fâces dominador de Cathelineau. João Abade era um Charette de chapéu de couro (Idem, p. 626-7).

Essa crítica desfazia alguns elos que associavam a revolta nos sertões ao levante contra-revolucionário de base monarquista, ocorrido na França – o que não constituía propriamente um empecilho para que a metáfora da Vendéia fosse utilizada. Sendo assim, Euclides voltou a afirmá-la e, ao fazê-lo, retomou a idéia defendida no artigo de 14 de março de 1897, excluindo apenas a hipótese de restauração monárquica:

Malgrado os defeitos do confronto, Canudos era a nossa Vendéia. O *chouan* e as charnecas emparelham-se bem

com o jagunço e as caatingas. O mesmo misticismo, gênese da mesma aspiração política; as mesmas ousadias servidas pelas mesmas astúcias, e a mesma natureza adversa, permitiam que se lembrasse aquele lendário recanto da Bretanha, onde uma revolta, depois de fazer recuar exércitos destinados a um passeio militar por toda a Europa, só cedeu ante as divisões volantes de um general sem fama, "as colunas infernais" do general Turreau – pouco numerosas mas céleres, imitando a própria fugacidade dos vendeanos, até encurralá-los num círculo de

dezesseis campos entrincheirados (Idem, p. 365-6).

Para o autor, Canudos, simultaneamente, era e não era a Vendéia. Nessa coexistência de idéias antinômicas em torno de um ponto comum – a negação de intenções monarquistas na comunidade canudense –, prefigura-se a aptidão de Euclides para o manejo das antinomias, paradoxos e antíteses, que tornam sua escrita algo intratável, áspero e, ao mesmo tempo, maleável, a se fazer e a se revelar a cada nova leitura.

REFER

BARROS, L
(uma le
São Pa
Ciência
1992. 1

HERNUCCI,
prógon
Euclides
352p.

CUNHA, E
complet
1995. p

CUNHA, E
In: GA
Oswald
Cunha.

CUNHA, E
Paris:
(Organi

CUNHA, E
de uma
Letras,
Noguei

CUNHA, E
Ateliê
Arquiv
crucio
Bernuc

CUNHA, E
series:
Impren
2001b.
citas e

DIAS, Léa
uma le
São Pa
de Sa
Mestre

REFERÊNCIAS

- BARROS, Lourival Holanda. *Canudos – fato e fábula (uma leitura d’Os sertões de Euclides da Cunha)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas / Universidade de São Paulo, 1992. 129p. (Tese de Doutorado).
- BERNUCCI, Leopoldo M. *A imitação dos sentidos; prógonos, contemporâneos e epígonos de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1995. 352p.
- CUNHA, Euclides da. Dia a Dia. Crônica. In: Id. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol. 1, 1995. p. 645-91.
- CUNHA, Euclides da. Correspondência (1890-1909). In: GALVÃO, Walnice Nogueira, GALOTTI, Oswaldo. (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997. 456p.
- CUNHA, Euclides da. *Diário de uma expedição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000a. 304p. (Organização Walnice Nogueira Galvão).
- CUNHA, Euclides da. A nossa Vendéia. In: Id. *Diário de uma expedição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000b. p. 43-61. (Organização Walnice Nogueira Galvão).
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. 2. ed., São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado, 2001a. 928p. (Edição, prefácio, cronologia, notas e índices Leopoldo M. Bernucci).
- CUNHA, Euclides da. Notas à segunda edição. *Os sertões*. 2. ed., São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado, 2001b. p. 783-92. (Edição, prefácio, cronologia, notas e índices Leopoldo M. Bernucci).
- DIAS, Léa Costa Santana. *O (des)tecer de enredos: uma leitura d’Os sertões, de Euclides da Cunha*. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2003. 134p. (Dissertação de Mestrado).
- GÁRATE, Miriam V. Cruzar a linha negra e desfazer a oposição. In: FERNANDES, Rinaldo de (org.). *O clarim e a oração; cem anos de Os sertões*. São Paulo: Geração Editorial, 2002. p. 379-90.
- LEVINE, Robert M. *O sertão prometido; o massacre de Canudos no nordeste brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 1995. 400p.
- RABELLO Sylvio. *Euclides da Cunha*. 3. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1983. 361p. (Coleção Vera Cruz).
- SANTANA, José Carlos Barreto de. Mestiços no país dos espelhos e o que eles viram lá. In: *Sitientibus*; Revista da Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, nº 13, p. 57-68, julho a dezembro de 1995.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão; tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999. 260p.
- VENÂNCIO FILHO, Francisco. Retrato humano. In: CUNHA, Euclides da. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995. vol. 1, p. 33-44.
- VENTURA, Roberto. Euclides da Cunha e a República. *Estudos Avançados*. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, volume 10, número 26, p. 275-91, janeiro a abril de 1996.
- VILLA, Marco Antonio. *Canudos – o povo da terra*. São Paulo: Ática, 1999. 280p.
- ZILLY, Berthold. Sertão e nacionalidade: formação étnica e civilizatória do Brasil segundo Euclides da Cunha. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Humanas e sociais / Departamento em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade / Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, número 12, p. 5-45, abril de 1999.